

HABEAS CORPUS Nº 515.339 - SP (2019/0167806-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANGELO DE CAMARGO DALBEN - SP330194
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS VINICIUS RAVAL FORNOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **MARCOS VINICIUS RAVAL FORNOS**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, no dia 24/5/2019, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, sendo a prisão convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que indeferiu o pleito liminar.

Neste *habeas corpus*, alega a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, por ausência de fundamentação idônea para a decretação e manutenção da prisão preventiva do paciente, pois ausentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Pugna, assim, pela superação da Súmula 691 do STF.

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, consoante os termos da Súmula 691/STF.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA N. 691/STF. ART. 1º, I, § 1º, DO DECRETO N. 201/1967 (TRÊS VEZES) E ART. 316 DO CP (TRÊS VEZES). DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Caso em que a prisão foi decretada em razão do descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, conforme previsão. Precedentes. Ausência de manifesta ilegalidade, abuso de poder ou teratologia a autorizar a superação do mencionado enunciado.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no HC 400.949/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017).

Na hipótese, a Corte de origem indeferiu o pleito liminar por não verificar os requisitos autorizadores da medida de urgência, pois há elementos suficientes para a manutenção da custódia cautelar, *in verbis*:

"[...]

Em que pesem as alegações, temos que, em Habeas Corpus, a providência liminar apenas será cabível quando a coação for manifesta e detectada de imediato, através do exame sumário da inicial, o que não ocorre no caso em tela.

A propósito, verifica-se que a decisão combatida pontuou, além da existência de prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, elementos concretos do caso em análise para fundamentar a decretação da medida. Nesse sentido, destacou que "(...) o fato do indiciado ser primário, por si só, não afasta a possibilidade da prisão cautelar, ainda mais quando não se tem notícia de trabalho lícito. Não bastasse, confessou a prática do tráfico em solo policial e em seu poder foram encontrados 57 cigarros de maconha, 15 porções, bem como 1 porção a granel da mesma droga, quantidade considerável de entorpecente." (fls. 16/18).

Assim, conforme explanado pelo magistrado a quo, as condições pessoais favoráveis não tem, isoladamente consideradas, o condão de obstar a manutenção do cárcere.

No mais, frisa-se a impossibilidade de se prever, nesta estreita via e neste prematuro momento processual, eventuais benefícios aos quais o paciente poderá ter direito em caso de futura condenação.

Vale ressaltar, ainda, que, nesta fase, é impossível falar-se em concessão pela via liminar do requerido, uma vez que tal medida não se presta a antecipar a tutela jurisdicional: "(...) a provisão cautelar não se presta à apreciação da questão de mérito do writ, por implicar em exame prematuro da matéria de fundo da ação de habeas corpus, de competência da turma julgadora, que não pode ser apreciada nos limites da cognição sumário do Relator. Por outras palavras, no writ não cabe medida satisfativa antecipada." (STJ, HC 17.579, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ 09.08.2001).

Sendo assim, INDEFIRO a liminar pretendida." (e-STJ, fls. 23-24).

Assim, da leitura atenta da decisão impugnada, não constato, por ora, a ocorrência de flagrante ilegalidade, de modo a justificar o processamento da presente ordem, por se encontrar a decisão impugnada suficientemente motivada.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

